



ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

INCUBADORA SOCIAL COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Angélica Margarete Magalhães ¹; Anderson Jose Rezende de Almeida; Jaqueline Rodrigues do Santos; Daniele Martins Figuerôa

UFGD-FCS/ITESS, C. Postal 533, 79804-970 Dourados-MS, E-mail:

angelicamagalhaes@ufgd.edu.br

¹Coordenadora de Projeto de Extensão PROEX/FCS

RESUMO

Segurança Alimentar e Nutricional pode ser definida como a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. A Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da Universidade Federal da Grande Dourados (ITESS/UFGD) é um órgão vinculado à Pró Reitoria de Extensão e desenvolve ações com Empreendimentos de Economia Solidária. Essas ações são preponderantes, quando se busca a promoção da Segurança Alimentar. Dentre as diversas linhas de atuação da ITESS/UFGD, se encontra o presente projeto, que tem por objetivo o empoderamento de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e de assentados da Reforma Agrária, visando a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional com sustentabilidade. A ITESS/UFGD desenvolve ações que congregam atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os resultados se referem a Ações de apoio aos Programas Emergenciais de Combate à Fome, que incluem apoio à gestão dos programas de transferência de renda (Programa Bolsa Família) e programas de distribuição de alimentos (Bancos de Alimentos e Cestas de Alimentos) e Ações de apoio às Políticas Estruturantes de Segurança Alimentar e Nutricional, que incluem apoio ao Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia (PHEG), Qualificação de Agroindústrias Familiares Rurais e Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Concluindo, Incubadoras de tecnologias sociais podem representar importantes espaços de promoção da Segurança Alimentar, quando apoiam e implementam iniciativas que envolvem Extensão, Pesquisa e práticas de ensino; alinhadas às demandas de grupos em situação de vulnerabilidade social.

Palavras chave: Segurança Alimentar, Economia Solidária, Desenvolvimento Social. Incubadoras

INTRODUÇÃO

Segurança Alimentar e Nutricional consiste na garantia de todos ao Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, através do acesso regular e permanente a

alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BARSIL-MDS, 2014).

Trabalhos de difusão de conhecimentos, junto a comunidades rurais é primordial para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, não apenas, porque com sua produção essas comunidades podem aumentar a quantidade e melhorar a variedade de alimentos em sua mesa, como também podem produzir e comercializar os excedentes de safra, contribuindo, assim, com o abastecimento de alimentos à população.

A difusão de conhecimentos a comunidades rurais, pressupõe três aspectos que se mostram relevantes na construção de um plano de ação: empoderamento, promoção do desenvolvimento territorial e construção de redes de Economia Solidária.

Empoderamento é uma tradução aceita para o termo inglês *empowerment*. De acordo com Machado, Hegedüs e Silveira (2006), entre as sociedades de língua inglesa, para explicar um novo nível de relacionamento entre técnicos e produtores, foi alcunhado o termo *empowerment*. A seguir, nas comunidades hispânicas foi adotado o termo “empoderamiento”. No idioma português, não existe uma tradução literal para estes termos (inglês ou espanhol), isto faz com que apareça nos meios extensionista e acadêmico, a utilização de duas “traduções”: empoderamento e apoderamento. Neste caso específico, o termo empoderamento pretende significar incorporação ou provimento de poder.

O termo empoderamento tem sido objeto de inúmeras abordagens, a maioria com significados relacionados ao desenvolvimento de potencialidades com o objetivo de que exista uma participação real e simbólica que possibilite a democracia. Para Vasconcelos (2004), o empoderamento significa um aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas suas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social.

Economia Solidária, conforme propõe Singer (2003; 2004), se constitui como alternativa econômica e social que suplanta o modelo individualista e perverso do capitalismo em favor da instituição dos princípios da democracia e da solidariedade.

O termo economia solidária é recente e ainda disputa com outros conceitos, a condição de abrigar conceitualmente as organizações regidas pelos princípios da

solidariedade, tais como cooperativismo popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária, dentre outros (PAULI, 2009).

A Economia Solidária é apresentada como fundamentalmente importante para a promoção do desenvolvimento territorial (ARAÚJO et al, 2005), constituindo-se num instrumento que pode fomentar a geração de um conjunto de normas e valores, tendentes a criar laços de confiança que propiciem ou facilitem a consecução de objetivos comuns e, concomitantemente, permitam o estabelecimento de novas relações horizontais (VASCONCELOS, 2007).

Majoritariamente, conforme Silva e Marques (2009), os pesquisadores defendem o conceito de desenvolvimento territorial, na crença de que este é um notável avanço na própria noção do desenvolvimento, já que convida a valorização da dimensão espacial nos processos de planejamento das políticas públicas, a partir do estreitamento da relação entre Estado-Sociedade e do olhar híbrido e multidimensional sobre o então chamado território.

Numa proposta de aproximação entre Desenvolvimento territorial e Economia Solidária, Silva e Marques (2009) o Ministério do Desenvolvimento agrário considera que Desenvolvimento territorial é uma estratégia necessária a ascensão dos grupos historicamente excluídos, numa visão integradora do espaço, da sociedade, mercados e políticas públicas, tendo ainda na equidade, no respeito à diversidade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas, como ingredientes para alcançar uma maior coesão social e territorial.

Incubadoras Sociais podem representar um importante aliado na busca por desenvolvimento territorial amparado por redes de Economia Solidária.

Incubadoras São Organismos que catalisam o processo de início e desenvolvimento de um novo negócio, provendo os empreendedores com toda a expertise necessária para gerenciar suas empresas, estabelecendo redes de contatos e ferramentas que farão seus empreendimentos atingirem o sucesso e têm por principais objetivos possibilitar ao empreendedor o desenvolvimento de uma rede de contatos, sempre encorajado pelo gerente da incubadora; prover assistência técnica e gerencial aos incubados através de especialistas que trabalhem na própria incubadora ou via profissionais capacitados da comunidade e auxiliar o empreendedor nas ações de financiamento para seu empreendimento, desde a elaboração do plano de negócios até a negociação com os investidores (NBIA, 2014; DORNELAS, 2002).

Incubadoras Sociais visam o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários, desenvolvendo atividades voltadas ao apoio à organização, à consolidação e à sustentabilidade, propiciando o acesso ao conhecimento sobre gestão de negócios e viabilização desses empreendimentos (NEOSOL-USP, 2013)

A Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da Universidade Federal da Grande Dourados (ITESS/UFGD) é um órgão vinculado à Pró Reitoria de Extensão e desenvolve ações com Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nos âmbitos sociais, econômicos e políticos, pautadas em um processo educativo dialógico estruturado nos princípios da Economia Solidária, com vistas à promoção do empoderamento de comunidades rurais tradicionais, indígenas, quilombolas e assentados da Reforma Agrária.

Ações de empoderamento de comunidades rurais são preponderantes, quando se busca a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. Dentre as diversas linhas de atuação da ITESS/UFGD, se encontra o presente projeto, que tem por objetivo o empoderamento de comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e de assentados da Reforma Agrária, visando a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional com sustentabilidade.

METODOLOGIA

O projeto de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional é desenvolvido em parceria entre a Faculdade de Ciências da Saúde – Curso de Nutrição e a Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias. Este projeto se constitui de ações que congregam atividades de ensino, pesquisa e extensão, subdivididas em duas linhas:

- A. Ações de apoio aos Programas Emergenciais de Combate à Fome, que incluem apoio à gestão dos programas de transferência de renda (PROGRAMA Bolsa Família) e programas de distribuição de alimentos (Bancos de Alimentos e Cestas de Alimentos)
- B. Ações de apoio às Políticas Estruturantes de Segurança Alimentar e Nutricional, que incluem apoio ao Programa Compra Direta da Agricultura Familiar, Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia (PHEG), Qualificação de Agroindústrias Familiares Rurais e Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

As atividades de Ensino são aplicadas às disciplinas de Educação Alimentar e Nutricional, Políticas de Saúde e Alimentação, Alimentação e saúde indígena e Sustentabilidade na produção de alimentos. As aulas são ministradas com metodologia problematizadora, de forma que os acadêmicos evidenciam problemas concretos, explicitados nesses espaços. A partir daí, adquirem uma inquietude por busca de soluções e passam a pesquisar possíveis propostas. Desenvolvem seus projetos propostos e evidenciam soluções.

No que se refere à extensão, os projetos engajam 46 acadêmicos, das áreas de Nutrição, Ciências Sociais, Gestão Ambiental e Biologia. Esses acadêmicos são agrupados por interesses comuns em difundir conhecimento específico entre as comunidades.

A pesquisa nasce a partir do momento que os acadêmicos se deparam com problemas concretos e precisam encontrar respostas para a solucionar esses problemas. Os dois principais projetos de pesquisa são: Análise do desempenho de processos de compras públicas de Alimentos da Agricultura Familiar e Análise da viabilidade de produção de adubo orgânico a partir de resíduos orgânicos (restos de comida) de restaurante. Concluindo, Incubadoras de tecnologias sociais podem representar importantes espaços de promoção da Segurança Alimentar, quando apoiam e implementam iniciativas que envolvem Extensão, Pesquisa e práticas de ensino; alinhadas às demandas de grupos em situação de vulnerabilidade social.

RESULTADOS

Ações de apoio aos Programas Emergenciais de Combate à Fome

Nessa linha de atuação, o presente projeto realiza ações de capacitação sobre o cumprimento de Condicionais do Programa Bolsa Família, atuando junto a Centros de Referência de Assistência Social. Em oficinas com participação de beneficiários, Acadêmicos explicam a importância da frequência escolar, da necessidade do acompanhamento junto às Unidades Básicas de Saúde, para o cumprimento do calendário vacinal, Pré-natal, Vigilância Alimentar e Nutricional, além da participação em atividades de promoção da saúde.

De forma lúdica e utilizando uma linguagem acessível, os Acadêmicos sensibilizam e informam os beneficiários sobre as consequências do não cumprimento das condicionalidades e seus impactos sobre situações de insegurança alimentar.

Outra ação diz respeito ao apoio a Bancos de Alimentos, desenvolvidas junto ao SESC/MESA BRASIL as atividades incluem a verificação do valor nutricional de alimentos doados a Instituições beneficiárias e o impacto sobre o equilíbrio nutricional dos cardápios

As atividades referentes à distribuição de Cestas de alimentos, são desenvolvidas em parceria com a FUNAI e incluem a atualização de cadastros de Indígenas beneficiários, bem como a verificação do equilíbrio nutricional dos alimentos que compõem a Cesta. São atendidas 2500 famílias indígenas na Aldeia Bororó, município de Dourados, MS.

Ações de apoio às Políticas Estruturantes de Segurança Alimentar e Nutricional

O **apoio ao Programa Compra Direta da Agricultura Familiar**, consiste de capacitação de agentes públicos, responsáveis pela aquisição de alimentos diretamente da Agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme determinação da Lei 11.947/2009 (BRASIL-FNDE, 2014), assim como a capacitação de agricultores, a fim de que se tornem capazes de acessar o Mercado Institucional.

Esse curso, de ordem eminentemente prática, utiliza técnicas de aproximação entre os diversos atores envolvidos no processo: Nutricionistas Responsáveis pelo PNAE nos Municípios, pregoeiros e responsáveis pelos setores de compras das Prefeituras, além dos agricultores familiares, presidentes de cooperativas e de associações de produtores. São trabalhadas todas as etapas de Processos de Chamada Pública, desde a definição da lista de alimentos a serem adquiridos, de forma a respeitar as particularidades da produção da agricultura familiar, até o preenchimento de formulários, elaboração de contratos, formas de divulgação e controle da qualidade nos processos.

As ações de apoio ao **Projeto Educando com a Horta Escolar e Gastronomia** (PHEG) incluem curso de compostagem, o cultivo agrológico de hortaliças e desenvolvimento de preparações culinárias com aproveitamento integral de alimentos, incluindo a utilização de folhas, cascas e talos de hortaliças. Adicionalmente são realizados testes de aceitabilidade que permitem avaliar variáveis tais como cor, aroma, sabor e textura de preparações.

A produção de adubo orgânico é realizada com utilização de restos de comida oriundos do Restaurante Universitário e a metodologia foi validada através de projeto de pesquisa, o qual verificou a viabilidade da produção de adubo orgânico através da compostagem termofílica com método de leiras estáticas aeróbias. A figura 1 mostra as atividades de compostagem para produção de adubo orgânico



Figura 1: Curso de compostagem para produção de adubo orgânico

As figuras 2 e 3 mostram hortaliças cultivadas na horta agroecológica e atividades de Gastronomia e testes de aceitabilidade.



Figura 2: Produtos da horta agroecológica

Quanto às atividades de **Qualificação de Agroindústrias Familiares Rurais e Acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, são realizadas atividades em cozinha experimental, no sentido de padronizar preparações, orientar para o controle da qualidade higiênico sanitária e precificação de produtos.



Figura 3: Atividades de Gastronomia com elaboração de pães enriquecidos com folhas de cenoura e de beterraba, seguidas de teste de aceitabilidade.

Com vistas à comercialização no comércio local e no Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal que atua através da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), efetuando a compra diretamente dos produtores e a subsequente doação simultânea a instituições filantrópicas e famílias em risco de vulnerabilidade social. A figura 4 mostra ações de qualificação de produtos de Agroindústrias Familiares Rurais.



Figura 4: Ações de qualificação de produtos de Agroindústrias Familiares Rurais

CONCLUSÃO

Incubadoras de tecnologias sociais podem representar importantes espaços de promoção da Segurança Alimentar, quando apoiam e implementam iniciativas que envolvem Extensão, Pesquisa e práticas de ensino; alinhadas às demandas de grupos em situação de vulnerabilidade sócia

A Incubadora de Tecnologias Sociais e Solidárias da Universidade Federal da Grande Dourados vem desempenhando importante papel na busca pelo empoderamento de comunidades, com vistas à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, conseqüentemente, promovendo a Segurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, et al. **Avaliação das políticas públicas de economia solidária: relatório final – Convênio MTE/ IPEA/ANPEC 2003)** Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.
2. BRASIL. Fundo Nacional para ao Desenvolvimento da Educação – FNDE. Lei 11.947/2009. Disponível em: www.fnnde.gov.br Consultado em junho de 2014.
3. _____. Ministério do Desenvolvimento Social. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em: www.mds.gov.br Consultado em junho de 2014

4. DORNELAS, José Carlos Assis. Planejando incubadoras de empresas: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras/José Carlos Assis Dornelas. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
5. MACHADO João Dessimon; HEGEDUS, Pedro e SILVEIRA, Laurício Bighelini da. Estilos de relacionamento entre extensionistas e produtores: desde uma concepção bancária até o "empowerment". **Cienc. Rural** [online]. 2006, vol.36, n.2.
6. National Business Incubation Association. **Review**. Disponível em: <http://www.nbia.org/>. Consultado em maio de 2014
7. NÚCLEO DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXTENSÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. NESOL-USP, **Economia Solidária em Várzea Paulista: construindo uma política pública**. São Paulo. São Paulo: NESOL-USP, 2013.
8. PAULI, J. **Desenvolvimento e Economia Solidária: aproximações e limites**. 2009. In: Associação de Estudos Latino-Americanos, junho de 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/PauliJandir.pdf>.
9. SILVA, Marcelo Kunrath e MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. Democracia e políticas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, Sérgio, et.al.(orgs). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. 2 Ed., Ed. UFRGS: Porto Alegre, 2009, p.9-20.
10. SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
11. _____. A economia solidária no governo federal. Mercado de trabalho. IPEA,2004. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BBFBB292256E7/conf_textopaulsinger.pdf
12. VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história teorias e estratégias. Ed. Paulus: Rio de Janeiro, 2004, 384p.
13. VASCONCELOS, T. A. C. de. A economia solidária na construção social do desenvolvimento territorial. In: ORTEGA, A. C.; FILHO, N. A. (Orgs.). **Desenvolvimento Territorial: Segurança Alimentar e Economia Solidária**. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

